

Dominação de classe e Estado capitalista subdesenvolvido: o caso de México

Class domination and the underdeveloped capitalist state: The Mexican case

José Luis SOLÍS GONZÁLEZ¹

Resumo: O artigo analisa, a partir do approach estrutural da teoria marxista da exploração e da dominação de classe, o surgimento de uma nova forma de Estado no México. Trata-se do Estado narco, cuja expressão fenomênica é de um regime político neoliberal associado com a transformação da economia mexicana em uma economia mafiosa transnacional, com o aumento do peso específico do crime organizado e do tráfico de drogas em a política, em a economia e em a sociedade em geral. Este fenômeno expressa a existência no México da uma crise orgânica grave, composta por um déficit de racionalidade na intervenção econômica do Estado (mais de três décadas sem crescimento econômico) e uma falta de legitimidade institucional. Isso levou o país a níveis de violência e insegurança pública sem precedentes, em um contexto de estagnação econômica crônica.

Palavras-chave: Capitalismo Periférico. Estado Narco. Crise Orgânica. México. Violência. Narcotráfico.

Abstract: This article analyzes, from the Marxist structural approach of exploitation and class domination, the emergence of a new form of state in Mexico: the narco state, whose phenomenal expression is that of a neoliberal political regime associated with the transformation of the Mexican economy in a transnational mafia economy, with increasing specific weight of organized crime and drug trafficking in politics, in the economy and in society in general. This phenomenon expresses the existence in Mexico of a serious organic crisis, composed by a rationality deficit in the economic intervention of the state (more than three decades without economic growth) and a lack of state legitimacy. This led the country to unprecedented levels of violence and public insecurity, in a context of secular economic stagnation.

Keywords: Peripheral capitalism. Narco state. Organic crisis. Mexico. Violence. Drug trafficking.

Submetido em: 27/09/2014. Aceito em: 06/12/2014.

¹ Economista. Doutor em Ciências Econômicas da Universidade de Picardia (Amiens, França 1983). Membro do Sistema Nacional de Pesquisadores do México (SNI) desde 2009. Professor Titular da Universidade Autónoma de Coahuila (Torreón, México). E-mail: <jlsolis@gmail.com>.

Estado e Capital: a dominação e a exploração de classe especificamente capitalista

Antes de ir direto para o tópico em questão, é preciso fazer um breve desvio metodológico para colocar na perspectiva correta o problema que vamos discutir. Para fazer isso, eu tomo como ponto de partida da famosa frase de Marx no Livro III de *O Capital*, Capítulo XLVII, dedicada à gênese da renda fundiária capitalista. Marx nos diz:

Em todos os casos, é na relação direta entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos [...] onde se encontra o segredo mais íntimo, a base oculta de toda a estrutura social e, portanto, também da forma política que apresenta a relação de soberania e dependência, em suma, à forma específica do Estado existente no cada caso (MARX, 1981, p. 1007).

Esta é praticamente a única descrição metodológica de Marx do Estado capitalista em sua obra principal, mas é um ponto de valor inestimável para o desenvolvimento da crítica marxista da política como uma continuação da crítica da economia política burguesa empreendida por Marx². No modo de produção capitalista, isto significa que a relação salarial estabelecida entre o capitalista e o trabalhador, onde é a raiz oculta da forma política da relação de so-

berania e dependência, ou seja, o Estado burguês, o Estado especificamente capitalista.

Temos que olhar em seguida, na própria natureza e gênese do Estado capitalista em a relação salarial em sua unidade contraditória de forma e conteúdo. Longe de conceber o Estado como um objeto ou como um instrumento dos capitalistas, tal como definido no início do Manifesto Comunista (MARX; ENGELS, 1965, p. 35), ou como um sujeito, um árbitro acima das classes (ENGELS, 1970), Marx em sua obra de madures (*O Capital* e *Os Grundrisse*) concebe o Estado principalmente como uma *relação social de soberania e dependência*, como uma relação social de dominação de classe que emerge do conjunto de relações de produção.

"Toda forma é a forma do seu conteúdo", diz Kant (2002). A forma geral do Estado capitalista como E. Pasukanis (1970) definiu-o, é a de uma "[...] pessoa coletiva abstrata"; "[...] ao lado e fora da sociedade" (MARX; ENGELS, 1976, p. 73). Ao contrário das outras formas de poder de classe (Estado monárquico absolutista, por exemplo, onde a pessoa do soberano está diretamente identificada com o Estado), o Estado do capital se divorcia de interesses individuais e gerais dos capitalistas, a fim de aparecer como poder de todas as pessoas e de nenhuma, para representar os interesses universais da sociedade e, paradoxalmente, poder agir como o "[...] capitalista coletivo ideal" (ENGELS, 1977, p. 315).

² No plano original do *Capital*, Marx pretendia escrever outros três livros: a) Estado; b) Comércio exterior; e (c) Mercado mundial. No entanto, ele morreu antes de terminar seu monumental trabalho.

Mas qual é o conteúdo da forma assumida pelo Estado? Uma vez mais, o seu conteúdo deve ser procurado na própria relação salarial. Esta relação, na verdade, é a unidade contraditória de duas separações: uma horizontal, entre os diferentes trabalhos particulares, realizada constantemente (para ser constantemente renovada) pela troca de mercadorias, através da operação da lei do valor; e outra vertical, entre os produtores diretos e seus meios de produção, separação realizada historicamente pela violência no processo que Marx chamou de acumulação primitiva de capital, e continuada logicamente através do "despotismo fábrica" exercido pelo capitalista e seus representantes (encarregados e supervisores). Em a relação salarial é exteriorizada na forma de uma soma de dinheiro, a contradição específica da produção generalizada de mercadorias, ou seja, entre o valor e o valor de uso da força de trabalho, contradição que é a fonte da plusvalue.

Mas a presença contínua da violência dentro das relações de produção, no processo de trabalho, paradoxalmente leva à abolição por os próprios trabalhadores de tais relações. Portanto, essa violência do capital sobre o trabalho assalariado é abstraída do seio do processo de trabalho, objetivando-se como violência abstrata em uma entidade aparentemente suprasocial que é o Estado (HIRSCH, 1978). Assim, a relação de soberania e dominação adquire no modo de produção capitalista, uma forma política abstrata no Estado e suas instituições. Através da relação jurídica consagrada na lei, o Estado torna-se, assim, no "monopólio da violência legítima" (WEBER, 1967).

O trabalhador, então, assume um duplo estatuto: como o proprietário de uma mercadoria (sua força de trabalho) que troca por um montante de dinheiro alegadamente "equivalente" (salário) no mercado, aparece tanto como um trabalhador legalmente "livre" e como um "cidadão" igual a todos os outros cidadãos. Compare com eles sua pertença a uma comunidade ilusória de interesses representados pelo Estado. A ficção da igualdade e da liberdade burguesa esconde a verdadeira natureza do capital e do Estado como relações sociais de exploração econômica e de dominação política de classe, respectivamente.

A sociedade, então, divide-se em uma esfera econômica e na uma esfera política: as relações sociais de produção capitalista aparecem simultaneamente na superfície da sociedade, sob uma forma econômica (valor) e sob uma forma política (Estado). Isso não significa que a economia gera a política, ou vice-versa, mas que existe no modo de produção capitalista uma determinação mútua e simultânea da gênese da forma-Estado e da forma-capital, formas derivadas das relações sociais de produção, derivadas da relação entre o trabalho assalariado e o capital. Portanto, o Estado e o capital não são coisas, mas relações sociais ou, mais precisamente, eles são as diferentes formas que assume a relação salarial, a relação de soberania e dependência específica do modo capitalista de produção (HOLLOWAY; PICCIOTO, 1978).

No entanto, o Estado e o capital são relações sociais que os agentes econômicos

internalizam em sua consciência, graças à realidade diária do câmbio de mercadorias no mercado. Assim, tornam-se abstrações, mas de uma natureza diferente das abstrações puramente intelectuais da religião ou da fantasia (a "Santíssima Trindade", o unicórnio, etc.): Estado e capital são então abstrações reais com efeitos relevantes concretos na vida social, um produto da dialética das relações sociais de produção (SALAMA, 1979). Eles geram o que Marx chamou o "fetichismo da mercadoria e do dinheiro". Esse fetichismo da mercadoria é a base para a legitimação do poder do Estado, e estabelece, por meio dessas "coisas" (mercadorias e dinheiro), a conexão social entre os indivíduos e a dominação anônima sobre os trabalhadores e os capitalistas do conjunto das relações sociais.

Mas da mesma forma que o valor de troca, objetivação do trabalho abstrato (o trabalho socialmente necessário) adquire uma forma fenomenal na superfície da sociedade como preço de mercado, o Estado, como objetivação da violência abstraída do processo de trabalho capitalista torna-se uma "pessoa coletiva abstrata" com o monopólio da violência social, que se manifesta na superfície da sociedade sob a forma fenomenal de regime político, como governo específico historicamente determinado.

O Estado, assim como o capital, fazem parte desse "mundo encantado e invertido" (MARX, 1981, p. 1052), onde as coisas parecem o que não são. A essência é negada pelo fenômeno e vice-versa; no entanto, o último é a expressão necessária da essência, em uma dialética contraditória

cujas unidades são a realidade social capitalista concreta, como uma "síntese de múltiplas determinações".

Consequentemente, o Estado e o capital não são duas entidades separadas, distintas, que mantêm relações de exterioridade entre si; Ambos têm a mesma origem, existem simultaneamente, em sua interação orgânica. O Estado não é externo para a economia: ele é constitutivo das relações sociais de produção, o mesmo seio da própria acumulação de capital (SOLÍS GONZÁLEZ, 2013). Por sua parte, a intervenção do Estado vertebrada a acumulação de capital, dá-lhe sentido e conteúdo fornecendo, por meio dos impostos e outras fontes de receita pública, uma base material para a existência do próprio Estado. Essa relação entre o Estado e o capital, em sua expressão fenomenal como regime da acumulação /regime político, é um processo contraditório de luta de classes em uma dimensão histórica concreta (neste caso, o atual México).

No entanto, Marx analisa o modo de produção capitalista em sua média ideal (MARX, 1981, p. 1057), em torno da qual a realidade concreta dos vários países capitalistas se move. Os países capitalistas hoje desenvolvidos (principalmente Inglaterra) foram estudados por Marx para descobrir as leis gerais e abstratas desse modo de produção, as quais são apresentadas e estudadas em *O Capital* e os *Grundrisse*. Mas a realidade dos chamados países periféricos subdesenvolvidos é diferente e se desvia dessa média ideal.

Nesses países, o capitalismo não nasce pelo desenvolvimento das contradições internas das antigas sociedades feudais da

Europa, mas por um ato de extrema violência, por uma agressão externa por a qual o capital imperialista estabelece pela força as relações de mercado, do dinheiro e o trabalho assalariado em um espaço-tempo curto e acidentado. Nas economias periféricas, como o México, a legitimidade do Estado não responde completamente o fetichismo da mercadoria e do dinheiro, como em os países do capitalismo central (MATHIAS; SALAMA, 1983).

Nos países capitalistas subdesenvolvidos a propagação de relações de câmbio foi incompleta e específica. Ao contrário do centro, a penetração das relações de mercado e a dominação do modo de produção capitalista não necessariamente implicou a dissolução ou a eliminação das relações sociais de produção pré-existentes. Estas foram submetidas a um processo de desconstrução/adequação de acordo as exigências da valorização do capital, mas não necessariamente transmutadas em relações de mercado capitalistas.

O campo histórico das classes sociais nesses países é assim profundamente heterogêneo. O fetichismo da mercadoria não funciona plenamente, por isso não é possível (mas somente até certo ponto) que as relações capitalistas de exploração apareçam e funcionam como relações de troca de equivalentes. A "internalização" das relações de câmbio em os agentes sociais é, portanto, parcial e defeituosa.

O fetichismo da mercadoria não é, portanto, susceptível de representar por si só uma base consistente da legitimação do poder. Esta internalização parcial e defeituosa das relações de câmbio em os agen-

tes sociais corresponde a uma internalização frágil e superficial da democracia formal burguesa: os atores sociais não se reconhecem mutuamente em sua suposta qualidade de "cidadãos livres e juridicamente iguais". O Estado capitalista periférico deve procurar em seu próprio fundo cultural (na tradição, religião, nacionalismo e até violência) os conteúdos de legitimação necessários a um consenso social mínimo. O processo de legitimação do poder nas economias capitalistas subdesenvolvidas incorpora ao mesmo tempo elementos do mundo da mercadoria como elementos do mundo da não mercadoria, em uma mistura variável de acordo com as condições históricas específicas de cada sociedade.

Da mesma forma, os processos de acumulação de capital nessas sociedades são geralmente baseados em formas extensivas de exploração da força de trabalho (plusvalue absoluta) associadas com baixos níveis de remuneração salarial e mecanismos de pauperização (não somente relativa, mas também absoluta) que enfraquecem ainda mais o fetichismo da mercadoria: o trabalho não aparece como uma mercadoria inteiramente paga por o salário e, conseqüentemente, a natureza exploradora do sistema é desnudada.

Portanto, os regimes políticos periféricos também são específicos, como e evidenciado pela experiência histórica do México e no resto da América Latina. As ditaduras policiais e-militares ou os regimes chamados "bonapartistas" foram a regra durante várias décadas do século XIX e XX. Mais tarde, com o assalto neoliberal as sociedades latino-americanas, surgiram formas

aberrantes do Estado; temos caracterizado o Estado mexicano como um Estado narco uma crescente convergência com o crime organizado e o tráfico de drogas.

Neoliberalismo, Estado narco e crime organizado no México³

Na década de noventa do século XX, uma nova forma de Estado capitalista periférico no México emerge: o Estado narco, cuja manifestação externa é a de um regime político neoliberal tecnocrático com uma forte presença de representantes do crime organizado no seu seio. Este fenómeno tomou a forma, no caso da sociedade mexicana, de uma crise orgânica profunda, integrada por: a) Um déficit de racionalidade na intervenção econômica do Estado (mais de três décadas sem crescimento econômico⁴) e; b) um déficit de legitimidade do poder estabelecido. Isto conduziu á níveis de violência e insegurança pública sem precedentes. Levou também á militarização do aparelho de Estado e á uma guerra fracassada contra as drogas.

Para analisar esse fenômeno, partimos de dois conceitos-chave, já evocados arriba: regime de acumulação do capital e regime político. Consideremos o primeiro destes conceitos. O surgimento no México de um Estado narco está ligado à transformação da economia mexicana em uma economia mafiosa transnacionalizada. Suas causas: a

crise do modelo anterior de substituição de importações, a crise de dívida externa induzida pela crise do capitalismo global, e pelos efeitos negativos das políticas neoliberais impostas pelo chamado "Consenso de Washington".

Tudo isso no contexto da globalização econômica e financeira, da crise do modelo de acumulação intensiva do "fordismo", e o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, resultando em uma redistribuição de cartas do poder global (SALAMA, 2012) pela emergência de novas potências como a China, a Índia e outras economias "emergentes" (os chamados BRICs, incluindo África do Sul).

No México, o modelo econômico neoliberal baseado na abertura externa e o sistema clientelista, corporativo e autoritário herdado do velho PRI, foram um terreno fértil para o surgimento em força do tráfico de drogas. O narcotráfico tornou em uma das frações mais dinâmicas do capital, mas por suposto não a mais importante⁵. No entanto, a "narcotização" do país tem aumentado às tendências estancacionistas da economia e tem induziu à rápida militarização do aparelho estatal. Isto conduz também a uma guerra fracassada contra o crime organizado, empreendida pelo governo de F. Calderón e continuada pelo governo de E. Peña Nieto, que tem causado dezenas de milhares de mortos e desaparecidos⁶ e têm custado recursos

³ Consulte o trabalho de Solís González (2012).

⁴ A economia mexicana mostra o pior desempenho econômico na América Latina durante os últimos trinta e cinco anos, com uma média de crescimento anual do PIB menor á 2%, dados vários da CEPAL, do Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática (INEGI) e do Banco de México.

⁵ O tráfico de drogas, de acordo com algumas estimativas, representa 3,6% do PIB no México.

⁶ O exército mexicano e as forças policiais dos três níveis de governo são responsáveis não só dos múltiplos casos de tortura no país, mas também de muitos casos de mortos e desaparecidos, os quais a

orçamentais substanciais, assim como um aumento da insegurança pública em todo o país.

A economia mexicana tornou-se um enclave secundário-exportador nas mãos de grandes conglomerados transnacionais e empresas "maquiladoras" sob o controle externo. Este enclave constitui uma enorme plataforma de produção e exportação de manufaturas⁷, cuja competitividade nos mercados globais é determinada pelos baixos salários existentes no país, as matérias-primas e recursos naturais baratos e abundantes, um "paraíso fiscal", que beneficia as grandes empresas, especialmente às empresas estrangeiras, e uma política

grande maioria permanece impune. Os mais recentes são: a) o massacre realizado pelo exército (30 de junho de 2014) de 22 jovens na localidade de San Pedro Limón, Tlatlaya, estado do México, descrito por Human Rights Watch como o pior massacre perpetrado pelas forças armadas mexicanas nos últimos tempos (CASTILLO GARCÍA, 2014); o massacre efetuado na cidade de Iguala (26 de setembro de 2014) no estado de Guerrero pelo o crime organizado com ajuda da polícia municipal dos municípios de Iguala e Cocula, de seis estudantes da escola normal de Ayotzinapa e a desapareição de outros quarente e três, os quais presumivelmente foram torturados e assassinados, e cujos restos calcinados foram arrojados a um rio. Estes massacres tem suscitado a indignação de todo o país e da opinião pública internacional, que fala agora do regime de Peña Nieto como o representante de um Estado falido em desintegração (RIVERA, 2014).

⁷ As exportações de manufaturas representam o 85,9% do valor das exportações totais do México (dados do INEGI a julho de 2014). No entanto, elas são "produzidas" por empresas multinacionais e "maquiladoras" predominantemente de EUA. Assim, o México é usado (e espoliado) pelo capital estrangeiro, o que se apropria do valor gerado pela força de trabalho mexicana, cujos salários são de dez á vinte vezes menores que os pagados nos Estados Unidos.

de estabilização macroeconómica que tem liberalizado os fluxos de capital necessários á valorização e repatriação dos lucros dos investimentos estrangeiros.

Este cenário contrasta com uma planta industrial doméstica fraca, desintegrada, composta de pequenas e médias empresas com baixos níveis de competitividade e rentabilidade. Na ausência de política industrial no México depois de mais de três décadas, elas enfrentam a falta de apoio do governo, a estreiteza do mercado interno e a incapacidade de acessar aos mercados globais. Como resultado, no México tem aumentado os níveis de desigualdade e de pobreza, concentrando-se ainda mais a renda nacional, que tem um dos padrões de distribuição mais desigual não só na América Latina, mas também á nível mundial. De acordo com o Banco Mundial, em 2000, a classe média na América Latina melhoraram seus padrões de vida. No entanto, em México o nível de vida das classes médias não só estagnou, mas experimentou uma baixa⁸.

Desde a década de noventa, o regime neoliberal mexicano a efetivamente renunciado a sua intervenção na economia nacional, mas em vez favoreceu a reprodução do capital global, através de políticas de liberalização económica e financeira a qualquer custo. Por outro lado, a venda (ou melhor, a leilão) do sistema bancário do país aos bancos estrangeiros permitiu o

⁸ De acordo com o Banco Mundial, durante a década de 2000, a classe média na América Latina experimentou uma melhoria na sua qualidade de vida. No entanto, no México, a classe média tem estagnou e incluso tem baixou sua qualidade de vida (MORALES, 2013; BANCO MUNDIAL 2013).

surgimento generalizado de uma "economia de casino"⁹. Esta "financeirização" da economia piorou a estagnação produtiva, causando o declínio do emprego no sector "formal" e aumentando o emprego em atividades informais¹⁰. A atrofia da economia camponesa e o envolvimento marginal do Estado na reprodução da força de trabalho foram compensados pela hipertrofia do sector informal. Este setor, assim como a migração "ilegal" para os Estados Unidos, tem funcionado como "válvulas de segurança" contra a crise econômica secular do país, e os conflitos sociais que resultam disso, mas também representa uma fonte de novos conflitos por seus muitos vínculos com o crime organizado e o tráfico de drogas.

Assim, o México experimentou durante os anos 2000, um processo de "desindustrialização prematura" semelhante ao vivido pelo Brasil no mesmo período (SALAMA, 2012). No entanto, este fenômeno no Brasil foi acompanhado por um crescimento econômico relativamente elevado, pelo o aumento da produção e exportação de produtos (commodities) agrícolas. México, no entanto, com uma crise estrutural na agricultura desde os anos sessenta, não beneficiou do boom dos preços agrícolas na década passada. Por outro lado, as ca-

⁹ O Banco de México propiciou a criação e expansão desta "economia de casino" mantendo um elevado nível de reservas internacionais (190.872 milhões de dólares para 18/09/2014). Tudo isso com o objetivo de atrair capitais especulativos á este crescente (e suculento) mercado.

¹⁰ De acordo com o INEGI, já para 2011 a geração de emprego informal tinha excedido a geração de empregos formais, atingindo a ocupação informal 13,5 milhões de trabalhadores contra somente 13,2 milhões no setor formal.

deias produtivas dos principais sub-ramos industriais exportadores, a parte mais dinâmica e rentável do enclave, são localizadas fora da economia nacional mexicana, em os países chamados de "centro". Assim, o capital transnacional, sobretudo americano tornou-se a fração hegemônica do capital na estrutura industrial.

A corrupção e a impunidade, endêmicas no México ao longo de sua história, têm alcançado nas últimas décadas níveis sem precedentes, derivados da gestão neoliberal como resposta á crise do capital. Os casos de corrupção no México, especialmente após do período presidencial de C. Salinas de Gortari (1988-1994), são inumeráveis. Vamos á referir-nos á só dois casos recentes, emblemáticos do anterior governo de F. Calderón e continuados pelo governo atual de E. Peña Nieto:

a) A fraude por 360 milhões de dólares feitos pela empresa Oceanografia, provedora de Petróleos Mexicanos (PEMEX) e ligada aos irmãos Bribiesca Sahagún (filhos políticos do ex-presidente Vicente Fox e expertos em trafego de influencias), em detrimento de BANAMEX, filial do Citigroup (RAMOS, 2014). Além disso, há á alegada fraude de Oceanografia contra o próprio PEMEX por um monto aproximado de mil milhões de dólares não pagados em fianças (MILENIO, 2014) assim que contra o Instituto mexicano de Seguridad Social, e contra o Instituto do Fundo Nacional para a Vivenda dos Trabalhadores (INFONAVIT);

b) O segundo caso é o do Presidente do PRI no Distrito Federal, Cuauhtémoc Gutiérrez de La Torre, que operava até

abril de 2014 uma rede de prostituição nos escritórios do PRI, usando dinheiro público. As mulheres "contratadas" eram forçadas a se prostituir com ele e com outros altos funcionários (um verdadeiro harém do PRI), disfarçadas de secretárias e recepcionistas, pagas pelo mesmo PRI (ARISTEGUI (a), 2014).

Assim, ocorre um fenômeno de interiorização da corrupção pelos agentes sociais, que eles vivem como uma coisa normal e cotidiana. A transição à democracia formal burguesa e a crise de representação do sistema político acarretaram a perda de credibilidade nas instituições e o desencanto da população com os partidos políticos de qualquer sinal. O "Estado de direito" é apenas uma ficção na sociedade mexicana contemporânea. Além disso, cada vez mais importantes setores da população concebem a economia da droga como uma alternativa viável para ter uma fonte de renda na ausência de postos de trabalho, mesmo o preço de suas vidas ou liberdade.

Existe uma percepção generalizada na população da reiteração da fraude eleitoral e do uso partidário dos meios de comunicação (principalmente o duopólio Televisa¹¹ - TV Azteca) como mecanismos

¹¹ Televisa, acusada de haver manipulado a opinião pública mexicana em favor de Peña Nieto durante as passadas eleições presidenciais de julho de 2012, está atualmente sob a suspeita de conivência com o tráfico de drogas, depois que anonimamente gravou-se (e foi dado a conhecer publicamente) duas entrevistas feitas por o seu correspondente em Michoacán a Servando Martínez (a) "La Tuta", o principal líder do grupo criminoso autoproclamado os "Cavaleiros Templários" (ARISTEGUI (b), 2014).

para manter no o poder aos representantes da oligarquia, através da aliança de direita entre o Partido Revolucionário Institucional (PRI) e o Partido de Ação Nacional (PAN). As eleições presidenciais de 1988 e 2006, consideradas fraudulentas por amplos setores da população, têm reforçado significativamente a atual situação de ilegitimidade e ilegalidade que assola o país. A mais recente eleição presidencial de julho de 2012 tem sido percebida da mesma forma pela cidadania, dada à indecisão, os preconceitos e a falta de transparência das autoridades eleitorais do país frente à comprovada compra de votos (LA JORNADA, 2012) e a subsequente fraude eleitoral em favor do candidato do PRI, E. Peña Nieto.

Além do uso de recursos ilícitos ("lavagem" de dinheiro tendo como origem o tráfico de drogas?) e do excesso ilegal e impune dos gastos de campanha do PRI, este conflito, longe de ser resolvido, tem sido agravado por as impopulares "reformas" empurradas pelo governo de Peña Nieto, particularmente a alardeada reforma do setor energético, que tem sido denunciada pela oposição como uma traição à pátria e uma violação da Constituição Mexicana. Uma pesquisa recente nos Estados Unidos mostra a queda abrupta da popularidade de Peña Nieto frente à opinião pública mexicana (AFP, 2014). O Estado aparece assim, sem mediação, como instrumento direto do capital e da oligarquia dominante. A redução do Estado à mera expressão dos interesses da aliança das classes dominantes é simultaneamente uma causa e um efeito da emergência do crime organizado.

O crescimento do setor informal tem sido acompanhado pelo crescimento exponencial do crime organizado. Os cartéis de drogas controlam por igual o tráfico de armas, o tráfico de pessoas, o sequestro, a extorsão, os jogos de azar (casinos), o contrabando, o roubo de veículos, e assim por diante. O controlo exercido pelos cartéis de regiões inteiras do país, significa um enorme desafio para o Estado mexicano, que em muitos casos tem conduzido á alianças entre ele e o crime organizado (situação que ocorre mais recentemente no estado mexicano de Michoacán¹²). Ao mesmo tempo, a presença do crime organizado na vida política e administrativa do país se reflete nas parcerias e colaborações deste com funcionários públicos em todos os níveis de governo.

Através das estruturas corporativistas e clientelistas herdadas do antigo regime, é processada a conivência dos poderes públicos e os privados (empresários e banqueiros) com o tráfico de drogas e o crime organizado. Portanto, caracterizamos o regime político vigente no México como um regime corporativista, neoliberal, tecnocrático e autoritário, que expressa uma forma social aberrante: um Estado narco ao serviço de uma economia mafiosa.

Em resumo, as principais características do regime político mexicano atual são:

1 - A presença omnimode em todos os níveis da sociedade mexicana dos agentes sociais do tráfico de drogas. Seus laços com funcionários públicos de todos os níveis do governo (federal, estatal e local),

com a classe empresarial (empresários e banqueiros), com o exército e a policia, assim que com a "classe política"¹³ se expressam no duplo papel de estes atores sociais. O regime político é, de facto, o ponto de articulação do poder do narcotráfico.

2 - A subordinação quase absoluta (econômica, política e até social e cultural) vis-à-vis dos Estados Unidos e seu governo, entregando a soberania nacional e vergonhosamente adotando as diretrizes da política norte-americana contra as drogas, a apesar dos altos custos humanos e materiais da guerra para o México. Isto inclui a subordinação da planta produtiva do México às exigências do capital transnacional norte-americano, que trouxe o seu desmantelamento, e mergulhou o país em a estagnação crónica de sua economia. No entanto, os setores exportadores do enclave e o setor bancário têm registrados lucros recordes após mais de três décadas.

3 - Uma política sistemática de transferência da riqueza nacional o "setor privado" através (por meio da corrupção) de diferentes canais: a privatização das empresas públicas; o resgate bancário e, uma vez

¹² Ver o artigo de Solís González (2014).

¹³ Podemos definir a "classe política" como o conglomerado social composto dos legisladores e membros dos distintos partidos políticos, alguns dos quais adquiriram, através do tráfego de influências e do clientelismo, poder político e econômico que eles não podem explicar por suas habilidades ou méritos pessoais. Não é uma classe social estritamente falando, uma vez que não existe uma ligação comum e unívoca de seus diferentes agentes sociais com o processo de produção capitalista, seja como empresários ou como trabalhadores assalariados, diretamente ou indiretamente produtivos.

saneado e reativado este setor, sua privatização posterior; o crescimento excessivo da dívida pública especialmente a interna; a securitização de passivos do governo; a criação de fideicomissos alimentados com recursos públicos, mas não sujeitos a nenhum controle público ou privado, etc. México está experimentando atualmente a alienação maciça da riqueza pública e os recursos naturais da nação às mãos privadas particularmente estrangeiras (petróleo, gás natural, mineração, estâncias turísticas, etc.). O regime de Peña Nieto empreendeu-o uma "reforma energética", que entrega os recursos do subsolo mexicano ao capital privado estrangeiro, apesar de estar essa reforma expressamente proibida pela Constituição mexicana e caracterizada como um delito de traição à pátria. Este saquear à Nação já se está fazendo com toda impunidade, ao preço de entregar a renda do petróleo às empresas transacionais, e do roubo massivo de terra aos camponeses e as comunidades rurais, assim como a destruição dos ecossistemas em todo o país (SOLÍS GONZÁLEZ, 2014, p. 124).

4 - Uma política de depreciação acelerada do capital variável (por meio da queda induzida e sistemática do emprego e dos salários), a fim de neutralizar a queda da taxa média de lucro através da transferência do custo da crise para os trabalhadores. Essas políticas incluem: a insegurança no emprego, a contenção salarial, o desemprego em massa, a intensificação do trabalho como método de extração de plusvalue absoluta e uma maior repressão sindical. Tudo isso tem como resultado níveis mais elevados de pobreza e desigualdade social.

5 - O uso massivo da corrupção e da impunidade¹⁴ como mecanismos regulares de acumulação de capital e de redistribuição da renda nacional em favor da aliança oligárquica de classes dominantes, incluindo o tráfico de drogas. Uma menção especial merece a corrupção nos sindicatos mexicanos. Faremos um breve relato de três casos emblemáticos, que indignarem a opinião pública pela passividade, tolerância e cumplicidade dos governos panistas e priístas frente a eles:

- a) O sindicato dos trabalhadores da educação (SNTE), que até 2009 foi liderado pela "professora" Elba Esther Gordillo, fiel vassalo do governo no controle e repressão dos trabalhadores do maior sindicato na América Latina. Ela é acusada (e atualmente presa) pelos delitos de defraudação fiscal, lavagem de dinheiro e delinquência organizada, assim como de enriquecimento ilícito em prejuízo dos trabalhadores do sindicato (ARISTEGUI (c), 2014);

¹⁴ Tal é o caso do Grupo México, a maior empresa de mineração no país, pertencente à Germán Larrea, personagem que, graças a suas conexões com o poder político e com a máfia de mídia (Televisa principalmente, de cujo Conselho de administração era parte até recentemente), goza de total impunidade nos vários casos de destruição ecológica e morte de trabalhadores mineiros em suas propriedades. Assim, entre os mais representativos, temos os casos da morte de 65 trabalhadores em sua mina de Pasta de Conchos, Coahuila, em 2006, mortes que permanecem impunes; ou bem o desastre ecológico causado pela Minera Cananea, outra empresa de sua propriedade, que tem envenenou os rios de Sonora, no norte do país, com toda impunidade.

- b) O sindicato dos trabalhadores de PEMEX, dirigido por Carlos Romero Deschamps, personagem priísta bem conhecido pelos seus atos de corrupção e a vida luxuosa que leva ele e sua família. Ele é acusado por um tribunal dos Estados Unidos de vender petróleo inexistente, o que representa uma fraude de cerca de 1,4 bilhões de dólares em detrimento da empresa americana *Arriba*. Além disso, Romero Deschamps foi acusado em 2000 pelo desvio de um bilhão de pesos do sindicato, como suporte (ilegal) para a campanha de Francisco Labastida Ochoa, candidato presidencial do PRI. Deschamps foi considerado culpado, mas não foi punido (SDP, 2014);
- c) O Sindicato Único de Trabalhadores Eletricistas da República Mexicana (SUTERM), cujo líder, Víctor Fuentes del Villar, é acusado de obrigar á prostituição as mulheres que aspiram á um posto de trabalho na Comissão Federal de Eletricidade (CFE) e da venda de postos de trabalho nesta companhia (ARISTEGUI (d), 2014). Ele é acusado também do desaparecimento do fundo mútuo dos trabalhadores, cujo montante ascende á 638 bilhões de pesos, produto de mais de 40 anos de poupança de seus membros (LEÓN MONTESINOS, 2012).

6 - Prevalência das finanças internacionais e das atividades financeiras especulativas, legítimas e ilegítimas ("lavagem" de di-

nheiro em primeiro plano), ao preço da diminuição do crédito para financiar o investimento produtivo. Isto á conduzido á financeirização da economia e á deterioraram do seu setor "real" em prejuízo da verdadeira criação de valor baseada no trabalho.

7 – Fomento das economias rentistas, como o petróleo e o narcotráfico. A exploração dos recursos do petróleo para financiar os gastos públicos, tem como resultado uma "petrolización" das finanças públicas e um déficit fiscal crônico, por causa da recusa do regime para impuser uma tributação progressiva os estratos mais ricos da população, e em particular aos maiores conglomerados multinacionais, mexicanos e estrangeiros. O tráfico de drogas é uma economia rentista (e ilegal) que é protegida de maneira encoberta pelo governo porque comparte suas ganancias com funcionários públicos corruptos do mais alto nível.

8 – O uso da repressão do Estado contra os movimentos sociais. A criminalização e a repressão do protesto social no passado regime de Calderón e agora pelo regime de Peña Nieto sugerem que o verdadeiro objetivo do uso indiscriminado das forças armadas e policiais na guerra contra o crime organizado não é isso, mas a repressão dos movimentos populares (sindicais, dos estudantes e dos camponeses e indígenas) no país, como é testemunhou pelas agressões do governo contra os trabalhadores eletricistas do Sindicato Mexicano de Eletricistas (SME), do sindicato dos mineiros, dos trabalhadores da Mexicana de Aviação, dos estudantes da escola de Ayotzinapa, Guerrero, reprimidos e mor-

tos pela polícia, dos maestros dissidentes do SNTE, e mais recentemente, dos indígenas da tribo yaqui e das autodefesas rurais de Michoacán, além da repressão permanente contra os rebeldes zapatistas das tribos mayas do Yucatán.

As relações sociais de produção têm sido profundamente alteradas pela presença do tráfico de drogas e do crime organizado em a vida econômica social e política do país. O sequestro, a extorsão e a insegurança pública têm afetado seriamente a relação entre os capitais numerosos, e é particularmente prejudicial para as PME. A fuga maciça de empresários locais tem desencorajado o investimento produtivo, agravando os níveis (já muito elevados) do desemprego e da informalidade existente. Além disso, a extorsão as empresas incrementam os seus "custos de transação", prejudicando a sua rentabilidade. O declínio do emprego e a consequente queda no poder de compra dos salários têm deterioraram as condições da reprodução da força de trabalho, obrigando-o a migrar ou entrar em a informalidade, muitas vezes engrossando as fileiras dos cartéis. O crime organizado tem tecido em conluio com altos funcionários de Pemex e do seu sindicato, uma rede paralela de comercialização ilegal de hidrocarbonetos com volumes iguais ou superiores á comercialização legal deles (PÉREZ, 2011).

O plantio de papoula e maconha sob a "proteção" dos cartéis de drogas e o crescente clima de insegurança em todo o país, têm afetado a produção de grãos básicos, legumes e frutas. Isto tem conduzido à perda da autossuficiência alimentar do país (institucionalizada pela política neo-

liberal aplicada ao campo nas últimas décadas). Finalmente, a presença da droga em os circuitos monetário-financeiros, através da "lavagem" de dinheiro, incentiva a especulação financeira em detrimento do investimento produtivo. A massa de dinheiro obtida da venda de drogas é canalizada para investimentos especulativos no sistema financeiro internacional. Apenas uma pequena parte do dinheiro de tráfico de drogas é canalizada no investimento social ou produtivo. Esta inversão ocorre apenas nas regiões onde os cartéis de drogas têm produção destas e / ou uma base social de apoio em certos setores da população.

A guerra contra as drogas tem significado uma perda enorme para as finanças públicas em detrimento dos gastos "social" e "econômico" do Estado. Mas é uma fonte de corrupção e enriquecimento ilícito para os agentes sociais (funcionários do governo, empresários privados) relacionados ao seu exercício. Na verdade, o novo governo não mudou a estratégia contra a criminalidade organizada e o trafico de drogas, porque a guerra tem sido um negócio muito lucrativo para os agentes públicos e privados que fazem parte da cadeia da corrupção sistêmica.

Os governos do PRI mantiveram acordos secretos com o crime organizado. Em contrapartida de manter as cidades livres de drogas e o tecido social pacífico, o governo (através da corrupção) assegurava a proteção dos criminosos. México até os anos noventa era basicamente um país de trânsito para o tráfico de drogas em seu caminho para o norte, e produzia algumas drogas, como maconha e papoula. Mas a

partir do início dos anos 2000, a produção doméstica de drogas (incluindo agora as drogas sintéticas, como o crack e as metanfetaminas) e seu consumo no México têm aumentado de forma alarmante, especialmente nas grandes cidades com alto poder aquisitivo. Estas se tornaram importantes centros de consumo. Apesar da prisão e/ou a morte de muitos líderes e membros do crime organizado, este negócio atualmente parece mais dinâmico que nunca. O tráfico de drogas tem uma fonte inesgotável de recursos humanos nas fileiras de milhões de jovens desempregados e marginalizados, sem emprego ou educação (chamados os "Ninis"¹⁵), assim como nas polícias e no exército, cujos elementos corruptos estão no todos os níveis do aparelho repressivo estatal. Estes agem ao serviço dos cartéis, fornecendo proteção e participando dos crimes cometidos por eles.

Em conclusão, México atravessa por o período mais negro de sua história recente. Opera-se atualmente uma convergência ainda maior do regime neoliberal (neste caso, do governo de Peña Nieto) com o crime organizado e as gangues de narcotraficantes. A população mexicana é entre a espada e a parede: por um lado às máfias do crime organizado e por outro o Estado narco. Isso é uma realidade aterroizante no México de hoje.

Referências

ARISTEGUI (a). La investigación de MVS sobre Cuauhtémoc Gutiérrez de la Torre.

¹⁵ Estes foram calculados, em 2011, em sete milhões de indivíduos, de acordo com dados do INEGI (2013).

Aristegui Noticias, 9 de Dezembro de 2014. Disponível em:

<<http://aristeguinoticias.com/tag/cuauhtemoc-gutierrez/>>. Acesso em: 9 de Dezembro de 2014.

ARISTEGUI (b). Corresponsal de Televisa en Michoacán y otro periodista asesoraban y cobraban con 'La Tuta'. **Aristegui Noticias**, 22 de Setembro de 2014. Disponível em:

<<http://aristeguinoticias.com/2209/mexico/corresponsal-de-televisa-en-michoacan-y-otro-periodista-asesoraban-y-cobran-con-la-tuta/>>. Acesso em: 25 de Setembro de 2014.

ARISTEGUI (c). Ratifican auto de formal prisión contra Elba Esther Gordillo. **Aristegui Noticias**, 3 de Junho de 2014. Disponível em: <

<http://aristeguinoticias.com/0306/mexico/ratifican-auto-de-formal-prision-contra-elba-esther-gordillo/>>. Acesso em: 20 de Junho de 2014.

ARISTEGUI (d). A los pies de líder electricista, para trabajar en la CFE. **Aristegui Noticias**, 24 de Setembro, 2014. Disponível em: <

<http://aristeguinoticias.com/2409/mexico/a-los-pies-de-lider-electricista-para-trabajar-en-la-cfe/>>. Acesso em: 25 de Setembro de 2014.

AFP. Rechaza 60% gestión económica de Peña Nieto, dice encuesta de Pew Research". **La Jornada**, 26 ago. 2014. Disponível em: <

<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2014/08/26/aumenta-a-60-desaprobacion-de>

la-gestion-economica-de-pena-nieto-encuesta-5523.html >. Acesso em: 28 ago. 2014.

BANCO MUNDIAL. 77 % de la clase media en México se estanca. **Aristegui Noticias**, 13 nov. 2012. Disponível em: < <http://aristeguinoticias.com/1311/mexico/77-de-la-clase-media-en-mexico-se-estanca-banco-mundial> >. Acesso em: 4 fev. 2013.

CASTILLO GARCÍA, Gustavo. Últimas a muy corta distancia, 14 de las 22 víctimas de Tlatlaya. **La Jornada**, p. 3, 26 set. 2014.

ENGELS, Frederick. **L'origine de la famille, de la propriété privée et de l'État em Marx-Engels**. Moscou: Éditions du Progrès, 1970. 3 v. (Œuvres Choiesies, v. 3).

HIRSCH, Joachim. The State Apparatus and Social Reproduction: elements of a Theory of the Bourgeois State. In: HOLLOWAY, John; PICCIOTTO, Sol (Comp.). **State and Capital**. Londres: Edward Arnold Publishers, 1978.

HOLLOWAY, John; PICCIOTTO, Sol (Comp.). **State and Capital**. Londres: Edward Arnold Publishers, 1978.

KANT, Immanuel. **Crítica de la razón pura**. Madrid: Tecnos, 2002.

LA JORNADA. Es inaceptable la compra de votos, señala Calderón. **La Jornada**, 10 de Júlio, 2012, p. 3. Disponível em: < <http://www.jornada.unam.mx/2012/07/10/politica/003n1pol> >. Acesso em: 20 de Júlio de 2014.

LEÓN MONTESINOS, Ignacio. Víctor Fuentes del Villar desapareció los ahorros de los trabajadores del SUTERM. **Expediente Ultra**, 5 set. 2012. Disponível em: < <http://expedienteultra.blogspot.mx/2012/09/se-esfumaron-638-mil-millones-de-pesos.html> >. Acesso em: 20 ago. 2014.

MARX, Karl. **El Capital, Libro III**. México: Siglo XXI Editores, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **L'idéologie allemande**. Paris: Éditions Sociales: 73, 1976.

MARX, Karl; FREDERICK Engels. **Manifiesto del Partido Comunista**. Pekín: Editorial del Pueblo, 1965.

MATHIAS, Gilberto; SALAMA, Pierre. **L'État surdéveloppé: des métropoles au Tiers Monde**. Paris: La Découverte, 1983.

MILENIO. Irregularidades en Pemex por 3 mil MDP: SFP. **Milenio Diario**, 20 de Janeiro de 2014, pp. 24,25 e 27. Disponível em: < http://kiosko.net/mx/2014-01-20/np/mx_milenio.html >. Acesso em: 8 de Dezembro de 2014.

MORALES, Yolanda. Clase media crece en AL, México se rezaga. **El Economista**, México, 10 de janeiro 2013. Disponível em: <http://eleconomista.com.mx/finanzaspublicas/2013/01/10/clase-media-crece-mexico-se-rezaga> >. Acesso em: 4 fev. de 2013.

NEGRETE PRIETO, Rodrigo; PARRA, Gerardo Leyva. Los NiNis en México: una aproximación crítica a su medición. *Revista Internacional de Estadística y*

Geografía, v. 4 n.1, jan./abr. 2013.

PASUKANIS, Evgueny. **La théorie générale du droit et le marxisme**. Paris: EDI, 1970.

PÉREZ, Ana Lilia. **El cártel negro: cómo el crimen organizado se ha apoderado de PEMEX**. México: Grijalbo-Mondadori, 2011.

RAMOS, Jorge. Desde dentro de PEMEX se favoreció a Oceanografía. **El Universal**, 8 de dezembro, 2014. Disponível em: < <http://www.eluniversal.com.mx/nacion-mexico/2014/impreso/desde-dentro-de-pemex-se-favorecio-a-oceanografia-221006.html> >. Acesso em: 8 de Dezembro de 2014.

RIVERA, Astrid. Quemaron con diésel a los 43: Solalinde. **El Universal**, 21 de Outubro. 2014. Disponível em: < <http://www.eluniversal.com.mx/nacion-mexico/2014/impreso/quemaron-con-diesel-a-los-43-solalinde-219560.html> >. Acesso em: 8 Dezembro. 2013.

SALAMA, Pierre. **Les économies émergentes latino-américaines, entre cigales et fourmis**. Paris: éd. Armand Colin, Col. U. 2012.

SALAMA, Pierre. État et capital: L'État capitaliste comme abstraction réelle. **Critiques de l'économie politique (nouvelle série)**, Paris, n. 7-8, p. 224-261, 1979.

SDP. Deschamps y Aldana defraudan a Pemex con "supuesto" pago para Arriba Limited. **SDP Noticias.com**, 14 ago. 2014. Disponível em: <

<http://www.sdpnoticias.com/nacional/2014/08/14/deschamps-y-aldana-defraudan-a-pemex-con-supuesto-pago-para-arriba-limited> >. Acesso em: 20 ago. 2014.

SHEINBAUM PARDO, Claudia; ÍMAZ GISPert, Carlos. El fraude electoral en favor del PRI: un monstruo de dinero con mil cabezas. **La Jornada**, 10 jul. 2012, p. 13.

TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Edited). **Bringing the State Back**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 169-187.

WEBER, Max. **La política como vocación: el político y el científico**. Madrid: Alianza Editorial, 1967. (Col. El Libro de Bolsillo).